

Narrativa de uma trajetória, de uma instituição e de uma agenda de pesquisa: entrevista com a professora e cientista política Maria Teresa Miceli Kerbauy¹

André da Rocha Santos²
Raiane Patrícia Severino Assumpção³

Recebido em: 09/12/2024
Aprovado em: 09/06/2025

Resumo: O objetivo desta entrevista é discutir o percurso de três importantes referências que se entrelaçam e que, juntas, constituem peças relevantes na composição da história da ciência política no Brasil: 1) a trajetória da professora e cientista política Maria Teresa Miceli Kerbauy; 2) a constituição e o papel desempenhado por ela na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus de Araraquara; e 3) os estudos pioneiros sobre poder local e políticas públicas desenvolvidos pela docente naquela instituição. Por meio da realização da entrevista com a professora Maria Teresa, buscamos refletir sobre as relações entre a consolidação dessa unidade universitária, as pesquisas e orientações científicas precursoras sobre os poderes municipal e estadual realizadas em território paulista e a carreira acadêmica e docente da entrevistada – universos que se confundem, dada a dedicação e o rigor com que conduziu seu itinerário intelectual.

Palavras-chave: Docência; Pesquisa; Trajetória; Universidade Estadual Paulista; Políticas Públicas; Poder Local.

¹ Doutora em Ciências Sociais. Docente na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Araraquara, Brasil. E-mail: teresa.kerbauy@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0622-1512>.

² Doutor em Sociologia. Docente no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Registro, Brasil. E-mail: andrerochasantos@ifsp.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8085-5305>.

³ Doutora em Sociologia. Docente na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista, Brasil. E-mail: raiane.assumpcao@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5856-1239>.

Narrativa de una trayectoria, de una institución y de una agenda de investigación: entrevista con la profesora y cientista política Maria Teresa Miceli Kerbauy

Resumen: El objetivo de esta entrevista es analizar el recorrido de tres importantes referencias que se entrelazan y que, juntas, constituyen elementos relevantes en la conformación de la historia de la ciencia política en Brasil: 1) la trayectoria de la profesora y cientista política Maria Teresa Miceli Kerbauy; 2) la constitución y el papel desempeñado por ella en la Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Araraquara; y 3) los estudios pioneros sobre poder local y políticas públicas desarrollados por la docente en dicha institución. A través de la realización de esta entrevista con la profesora Maria Teresa, buscamos reflexionar sobre las relaciones entre la consolidación de esta unidad universitaria, las investigaciones y orientaciones científicas precursoras sobre los poderes municipal y estatal llevadas a cabo en el territorio paulista, y la carrera académica y docente de la entrevistada, ámbitos que se entrelazan debido a la dedicación y al rigor con que ha conducido su itinerario intelectual.

Palabras clave: Docencia; Investigación; Trayectoria académica; Universidade Estadual Paulista; Políticas públicas; Poder local.

Narrative of a trajectory, an institution, and a research agenda: an interview with professor and political scientist Maria Teresa Miceli Kerbauy

Abstract: The aim of this interview is to discuss the trajectory of three important references that intertwine and together form key elements in the history of political science in Brazil: (1) the academic path of Professor and Political Scientist Maria Teresa Miceli Kerbauy; (2) the establishment and role she played at the Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara Campus; and (3) the pioneering studies on local power and public policy conducted by the professor at that institution. Through this interview with Professor Maria Teresa, we seek to reflect on the connections between the consolidation of this university unit, the groundbreaking research and academic guidance on municipal and state powers carried out in the state of São Paulo, and the interviewee's academic and teaching career – dimensions that are closely intertwined, given the dedication and rigor with which she has conducted her intellectual journey.

Keywords: Teaching; Research; Academic Trajectory; Universidade Estadual Paulista; Public Policy; Local Power.

Introdução

Assim como em outros âmbitos profissionais, a vida acadêmica proporciona encontros e desencontros. Os autores deste artigo/entrevista se conheceram durante uma pesquisa coletiva realizada na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista, no contexto de um estudo regional conduzido pelo Observatório das Metrópoles, para o qual ambos haviam sido convidados. Dessa colaboração resultou o livro “Baixada Santista: transformações na ordem urbana” (Letra Capital, 2015).

Mais do que a obra em si, contudo, o encontro propiciou o debate, a troca de experiências e a descoberta de uma coincidência: ambos havíamos cursado Ciências Sociais na graduação e doutorado em Sociologia⁴ na Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Araraquara, tendo sido orientados pela mesma professora, Maria Teresa Miceli Kerbauy.

A partir desse reencontro, outros se seguiram, sempre acompanhados de recordações dos “tempos de Araraquara”: as aulas, os professores, os espaços da cidade, a mobilização política, as pesquisas e a orientação da professora Maria Teresa. Foi nesse contexto que surgiu a ideia de entrevistá-la. Após algum tempo em que as atividades docentes dificultaram a concretização desse projeto, finalmente realizamos a entrevista.

A professora Maria Teresa Miceli Kerbauy concluiu a graduação em Ciências Sociais em 1968, ainda pelo Instituto Isolado, antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Araraquara, instituição anterior à constituição da Universidade Estadual Paulista (Unesp), criada em 1976. O mestrado (1979) e o doutorado (1992), ambos em Ciências Sociais, foram realizados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob orientação do professor Bolívar Lamounier. Em 2011, realizou pós-doutorado em Ciência Política pelo Instituto de Cooperação Ibero-americana, na Espanha.

Iniciou sua carreira docente universitária em 1969, na mesma faculdade onde havia se formado, e aposentou-se da Unesp, Câmpus de Araraquara, em 1998. Desde então, segue atuante como professora contratada ou voluntária no programa de pós-graduação em Ciências Sociais,

⁴ Desde 2013, após ampla discussão, o programa de pós-graduação em Sociologia mudou sua nomenclatura e passou a ser denominado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, buscando maior abrangência e adequação à proposta atual, abarcando, assim, não apenas a Sociologia, mas também a Antropologia e a Ciência Política. Nossas teses de doutorado foram desenvolvidas em uma linha de pesquisa que, à época – antes da mudança de nomenclatura –, já se aproximava da Ciência Política: “Estado, Instituições e Políticas Públicas” (Assumpção, 2008; Santos, 2012).

além de lecionar em outros quatro programas de pós-graduação: Educação Escolar (Unesp de Araraquara), Comunicação (Unesp de Bauru), Ciência Política (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) e Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFSCar).

Autora de inúmeros artigos e capítulos de livros, é também responsável por obras de referência, entre as quais destacamos: “A morte dos coronéis: política e poder local” (2000; 2ª ed., 2016); “Eleições e representação política nos municípios brasileiros” (2014), organizado em parceria com Marta Mendes da Rocha (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF); e “Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no Estado de São Paulo” (2020), organizado com Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp).

Neste artigo em formato de entrevista, buscamos explorar aspectos de sua trajetória na docência e na pesquisa, por meio de uma conversa semiestruturada realizada à distância com o auxílio de tecnologia digital. Optamos por este formato por considerá-lo metodologicamente flexível: embora baseado em um roteiro prévio, permite que entrevistador e entrevistado ampliem o diálogo de forma espontânea, para além do que havia sido inicialmente planejado.

Cabe lembrar que o papel precursor da professora Maria Teresa já foi objeto de análise em outros estudos, como Cândido (2018; 2021) e Feres Júnior (2020), referências que serão mobilizadas aqui para aprofundar e contextualizar sua trajetória intelectual.

O texto está estruturado em três seções. Na primeira, destacamos suas reflexões sobre a trajetória pessoal, abordando a escolha da graduação, o início da docência, experiências e carreira acadêmica. A segunda seção enfatiza o papel da Unesp em seu percurso, tanto como professora quanto como pesquisadora. Por fim, a terceira seção ressalta o pioneirismo de sua atuação na ciência política brasileira e a agenda de pesquisa que consolidou, com especial atenção aos estudos sobre poder local e políticas públicas.

Uma trajetória em busca da política

A pergunta inicial tratava da escolha do curso universitário. Ela prestou vestibular no conturbado ano de 1964 e ingressou, em 1965, no curso de Ciências Sociais, então em sua terceira turma, iniciada em 1963.

Minha família sempre conversou muito sobre política, o que despertou meu interesse pelo tema. Eu queria fazer um curso que incluísse política na grade curricular. Minha escolha inicial se deu porque, na época, o curso de

Ciências Sociais em Araraquara oferecia duas disciplinas de Política. Naquele período, a disciplina era denominada simplesmente “Política”, e não “Ciência Política”. As matérias eram chamadas de Política ou Teoria Geral do Estado, ou algo semelhante – ainda não havia essa concepção da política como ciência. A ideia de uma Ciência Política como campo autônomo surge mais adiante, no Brasil, por volta da década de 1970, quando um grupo de professores da Universidade Federal de Minas Gerais foi aos Estados Unidos, com financiamento da Fundação Ford, para realizar mestrado e doutorado em Ciência Política. Eles retornaram ao país propondo a ampliação da formação específica na área, consolidando-a como disciplina acadêmica independente.

Em 1968, realizei uma pesquisa junto com Heloísa Michetti, minha colega de graduação, sobre o ensino da disciplina de Política no Brasil. O trabalho foi publicado na “Revista de Ciência Política”, da Fundação Getúlio Vargas. Essa revista já não existe mais, mas a pesquisadora Márcia Rangel Candido, em um estudo sobre os primórdios da Ciência Política no Brasil, resgatou essa investigação. Ela é considerada a primeira pesquisa sobre o ensino da disciplina de Política nos cursos de Ciências Sociais e nas faculdades de Direito⁵.

Na sequência, foi perguntado à professora sobre o fato de ela ter concluído o curso de Ciências Sociais em 1968 – ou seja, em um contexto bastante emblemático da história do Brasil – bem como sobre as diferenças entre capitais como São Paulo e Rio de Janeiro e a forma como os municípios do interior sentiram os efeitos da ditadura. Foi então questionado: “De que maneira a conjuntura vivida pelo Brasil naquele momento impactava o curso de Ciências Sociais em Araraquara?”

O centro acadêmico, na época, era muito atuante. Houve várias greves gerais, envolvendo estudantes e docentes, além de uma intervenção da polícia na faculdade. Vários professores foram denunciados. Um militante de esquerda, José Roberto Arantes, que era de Araraquara, foi morto pela ditadura, assim como um jovem de São Carlos, estudante de Arquitetura na FAU/USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo).

Eu também tinha vínculos com o curso de Engenharia da USP, em São Carlos, cujo centro acadêmico era bastante ativo nesse período. Em 1968, houve uma greve dos metalúrgicos na cidade, e o Exército ficou acampado durante uma semana na praça principal, mobilizando tropas todos os dias. Esses acontecimentos marcaram profundamente minha trajetória intelectual, assim como a dos colegas da faculdade que vivenciaram aquele período difícil.

⁵ Todos os recuos são relatos de Maria Teresa Miceli Kerbauy.

É claro que a vivência da repressão no interior era diferente da que se via nas capitais como São Paulo ou Rio de Janeiro, onde a repressão era mais visível, mais intensa e mais noticiada. No interior, ela acontecia de forma mais velada, mas nem por isso era menos presente. A vigilância nas universidades era constante, havia repressão a greves e manifestações, e muitos professores e alunos sofreram perseguições, mesmo fora dos grandes centros. Apesar desses episódios, o curso de Ciências Sociais em Araraquara não foi interrompido, mas seu conteúdo sofreu diversas formas de censura.

Sobre a formação oferecida pelo curso naquele contexto, algumas passagens de sua narrativa são especialmente marcantes, sobretudo em relação ao contato com algumas docentes:

Entre os professores, havia a Heleieth [Saffioti], que mantinha uma postura muito firme em relação à sociedade brasileira e às suas desigualdades. Ela foi uma das pioneiras dos estudos feministas no Brasil. Seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, publicado em 1969, é uma referência na área de estudos sobre a mulher no país.

Não fui sua monitora, mas convivi bastante com a Heleieth. Durante um período, quando ia a Araraquara, eu me hospedava em sua casa. Além da relação entre professora e aluna, havia também uma convivência pessoal. Sua residência ficava em uma chácara – a Chácara Sapucaia – onde Mário de Andrade escreveu seu livro mais famoso, “Macunaíma”.

Durante a graduação, tive uma formação importante justamente no início das discussões sobre o feminismo no Brasil. Trabalhei com duas das pioneiras nas pesquisas sobre a questão de gênero no país: Fanny Tabak e Heleieth Saffioti.

A referência às duas pioneiras dos estudos feministas no Brasil é especialmente relevante. A socióloga e cientista política Fanny Tabak (1924-) foi professora de Política da FFCL de Araraquara entre 1965 e 1968, período em que Maria Teresa atuou como sua monitora. Posteriormente, Fanny se transferiu para o Rio de Janeiro, onde lecionou na Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). É uma autora pioneira na articulação entre ciência política e gênero, com obras importantes como: “Mulher e política” (1982), “Autoritarismo e participação política da mulher” (1983), “A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos” (1994), “O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino” (2002), “Mulheres públicas: participação política e poder” (2002), entre outros (Candido, 2021).

Já a socióloga Heleieth Saffioti (1934–2010) foi docente da FFCL entre 1962 e 1983, quando se aposentou e passou a lecionar na PUC-SP. Também precursora dos estudos feministas no Brasil,

foi orientada por Florestan Fernandes na USP. Sua tese “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, defendida em 1966 como livre-docência na Faculdade de Filosofia de Araraquara, foi publicada como livro em 1969. A obra é considerada um clássico do feminismo brasileiro por tratar o gênero como categoria relevante para a compreensão das relações de classe na sociedade nacional. Entre suas outras publicações destacam-se: “Emprego doméstico e capitalismo” (1978), “Mulher brasileira: opressão e exploração” (1984), “O poder do macho” (1987), “Mulher brasileira é assim” (1994) e “Gênero, patriarcado, violência” (2004) (Silva, 2021).

A influência dessas duas professoras foi retomada em uma nova pergunta dirigida à professora Maria Teresa: “A polarização política da época, marcada pelo golpe de 1964, influenciou toda essa discussão? Acredito que os debates políticos tenham sido muito mais acalorados. Isso influenciou na sua escolha?”

Inicialmente, não. Eu tinha acabado de concluir o curso Normal e, entre as leituras indicadas para a seleção do curso de Ciências Sociais, a que mais se aproximava da área era “Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas” (1954). No vestibular, houve um episódio que revela um pouco da minha inexperiência em relação às Ciências Sociais.

Na época, o vestibular incluía provas escritas e orais nas disciplinas de História, Português e Línguas (Inglês e Francês). No exame oral de História, fui entrevistada pela professora Heleieth Saffioti. Ela mostrou a lista de pontos e disse: “Pode escolher o ponto que quiser”. Escolhi “Capitanias Hereditárias”, acreditando que teria maior facilidade para responder. Mas a pergunta seguinte me deixou completamente em dúvida: “O que você acha? O Brasil Colônia foi capitalista ou feudal?”

Eu havia cursado o Normal, não tinha essa formação nem conhecimento sobre essa discussão, que dominava o campo das Ciências Sociais naquele período. Mesmo tendo me preparado para prestar vestibular em Direito, não conhecia esse debate no meio em que vivia e tampouco fiz cursinho preparatório. Ainda assim, fui aprovada em terceiro lugar. Essa experiência me marcou bastante, pois revelou como, na época, não havia uma formação específica voltada ao ingresso no curso de Ciências Sociais.

O curso de Ciências Sociais de Araraquara tinha uma estrutura bastante sólida. Eram quatro anos de Sociologia, quatro anos de Economia, quatro anos de Filosofia, dois anos de Política e um ano de Antropologia no primeiro ano. Era um curso de licenciatura e, por isso, incluía disciplinas como Didática e Administração Escolar. As disciplinas complementares eram História (um ano), Geografia (dois anos) e Metodologia (um ano). Também havia um ano de Matemática e dois anos de Estatística. Essa formação em métodos quantitativos me possibilitou, posteriormente, trabalhar com essa vertente metodológica.

As aulas de Política eram ministradas pela professora Fanny Tabak, que também introduziu os debates feministas no curso. Fui monitora da disciplina durante dois anos. O curso contava ainda com uma publicação chamada Cadernos de Política, da qual foram lançados quatro números, com pesquisas sobre a questão local – tema que também interessava à professora Fanny.

Eu já tinha uma identificação com essa temática, e o trabalho com Fanny Tabak acabou por incorporá-la definitivamente à minha trajetória acadêmica. Tanto a dissertação de mestrado quanto a tese de doutorado tiveram como objeto o poder local.

O início da carreira como docente deu-se na educação básica – à época, nos níveis primário, ginásial e colegial (científico, clássico e normal). Apenas após a conclusão da graduação é que a professora Maria Teresa ingressou no ensino superior, como descreve nesta passagem:

Inicialmente, tive um impacto muito grande, pois o curso de Ciências Sociais revelava uma realidade bastante diferente das minhas vivências até então. Sou normalista – ou seja, fiz o curso preparatório de professores para o antigo ensino primário. Durante a graduação em Ciências Sociais, já lecionava. A partir de 1964, comecei a dar aulas na antiga “admissão” (curso preparatório para o ginásio), além de atuar no ginásio e no colegial. Lecionei na educação básica até 1972, acompanhando de perto as reformas educacionais que ocorreram nesse período.

Concluí a graduação em 1968 e, no ano seguinte, em 1969, fui contratada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara para ministrar a disciplina de Política no curso de Ciências Sociais. Naquela época, a contratação podia ser realizada sem titulação. Inicialmente, atuei em regime de tempo parcial e, em 1973, passei para tempo integral.

Nos trechos apresentados, torna-se evidente a amplitude da formação proporcionada pelas Ciências Sociais e a presença marcante das professoras Fanny Tabak e Heleieth Saffioti no curso à época. Também se destaca o início da trajetória docente da professora na educação básica e o interesse precoce pela pesquisa em Ciência Política – especialmente em torno da temática do poder local, que orientaria sua produção intelectual no mestrado, no doutorado e ao longo de toda a sua trajetória acadêmica.

Unesp: uma universidade multicampi para o interior paulista

O percurso da professora Maria Teresa se confunde, invariavelmente, com os caminhos trilhados pela constituição e consolidação da Universidade Estadual Paulista – a Unesp – criada em

1976 a partir da fusão dos Institutos Isolados de Ensino Superior, então localizados em diferentes municípios do interior paulista. Abrangendo diversas áreas do conhecimento, essas unidades haviam sido fundadas, em sua maioria, entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, especialmente durante o governo Jânio Quadros, como parte de um projeto de desenvolvimento regional voltado à interiorização do Estado de São Paulo.

Quando foi aprovada a criação da Unesp, durante o governo Paulo Egydio Martins, o Câmpus de Araraquara passou a integrar as faculdades de Química, Farmácia, Odontologia e a atual Faculdade de Ciências e Letras. Inicialmente, esta última abrigava os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Sociais. Posteriormente, foram criados os cursos de Economia e de Administração Pública.

Os cursos de Letras e Pedagogia não sofreram grandes transformações. Atualmente, a Unesp conta com seis cursos de graduação em Pedagogia, espalhados por diferentes unidades, e três em Letras. No caso das Ciências Sociais, havia quatro cursos: em Rio Claro, Araraquara, Marília e Presidente Prudente. Com a criação da universidade, esses cursos foram reorganizados. O de Rio Claro foi extinto e seus professores incorporados ao de Araraquara; o de Presidente Prudente foi incorporado ao de Marília. Assim, passaram a existir apenas dois cursos de Ciências Sociais, em lugar dos quatro que existiam no modelo original dos institutos isolados.

Diante da resposta, surgiu a curiosidade sobre a redução no número de cursos de Ciências Sociais no interior. Perguntamos se essa junção dizia respeito apenas a uma reorganização administrativa da Unesp ou se refletia também a conjuntura de desestímulo à criação de novos cursos nessa área.

Acredito que se tratava de uma reorganização baseada na demanda e na estratégia de priorizar a formação de professores para o ensino básico. Os cursos de Pedagogia e Letras tinham maior número de ingressantes e atendiam à expectativa de formação de professores para o ensino secundário. A procura era menor nos cursos de Ciências Sociais.

Química já era um curso tradicional, com grande demanda, assim como os cursos de Farmácia e Odontologia em Araraquara – este último, inclusive, criado em 1923, com foco na formação profissional. Minha hipótese é que a atuação dos governos estaduais em relação à expansão do ensino superior no interior paulista se relaciona à concepção das elites políticas paulistas sobre a necessidade de interiorizar o desenvolvimento.

Em 1951, o governador Lucas Nogueira Garcez criou a Faculdade de Engenharia de São Carlos, incorporou a Escola de Agronomia de Piracicaba e fundou a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Foi a primeira experiência de descentralização da USP, cuja sede até então era concentrada na capital. Em 1968, já no governo de Abreu Sodré, foi criada a

Faculdade de Odontologia de Bauru, também vinculada à USP. Essas foram as quatro primeiras unidades descentralizadas da universidade.

Os institutos isolados foram criados durante o governo Jânio Quadros (1955–1959), dentro dessa mesma perspectiva de desenvolvimento do interior. Em 1956, ele iniciou a implantação desses institutos, com a criação de sete unidades universitárias em Assis, Araraquara, Franca, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto. Apesar das críticas quanto ao possível viés populista de seu governo, o fato é que a expansão do ensino superior contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento do interior paulista.

Os quatro governadores do período de redemocratização, após Getúlio Vargas, implementaram políticas voltadas à interiorização do desenvolvimento estadual. As políticas de expansão do ensino superior e de criação de universidades estaduais só começaram a ser efetivadas a partir dos anos 1960. Já o processo de interiorização das universidades federais no país ocorreu apenas no final do século XX e início do século XXI.

A carreira docente no ensino superior teve início na própria FFCL de Araraquara, apenas um ano após a conclusão da graduação:

Em 1969, fui contratada e comecei a dar aula de Política no curso de Ciências Sociais. Aposentei-me em 1998, durante a primeira reforma da previdência do governo Fernando Henrique Cardoso. De acordo com as regras da época, eu já tinha o tempo de serviço necessário, mas ainda não tinha a idade mínima. Avaliei que, diante das modificações que ainda viriam, seria melhor me aposentar. Apesar disso, continuei atuando na faculdade. Em 2012, fui recontratada por meio de um contrato especial da Unesp, que durou até 2018, quando encerrei minha atuação docente. Desde então, permaneci vinculada apenas à pós-graduação em Ciências Sociais, programa que ajudei a criar em 1981.

Mais adiante, a professora retomou lembranças do início da docência, rememorando os textos com os quais trabalhava na disciplina de Política:

Comecei lecionando a disciplina de Política I, e os textos indicados eram, em sua maioria, introdutórios à Ciência Política. Um dos primeiros livros da minha bibliografia foi “Ideologia e utopia”, de Karl Mannheim, que mais tarde voltei a indicar. Também recomendava “Ensaio de sociologia”, de Max Weber, especialmente os textos “A política como vocação” e “Parlamento e governo na Alemanha reconstruída”. Como referência marxista, utilizava “O dezoito brumário”, embora, na época, ele fosse considerado mais ligado à Sociologia do que à área de Política. Outro autor presente era Norberto Bobbio, com “A teoria das formas de governo”. Naquele período, a disciplina era dividida em Política I e Política II, e só passou a se chamar Ciência Política após uma reforma curricular na década de 1980.

Em um momento dessa narrativa, a professora recordou a pressão – ainda que velada – exercida pela ditadura militar sobre o ensino:

O curso de Ciências Sociais passou por várias mudanças. Uma delas, nos anos 1970, foi a criação do curso de Estudos Sociais, por decisão do Ministério da Educação, que buscava oferecer uma formação mais rápida na área. Tinha algumas disciplinas que foram incorporadas na época. Lembro que tinha a disciplina de “Geopolítica do Brasil” e o livro do Golbery do Couto e Silva, ministro da Casa Civil dos governos militares, era um dos textos mais utilizados. Todos tinham que tomar muito cuidado em sala de aula, pois tudo era muito vigiado. Felizmente, nenhum professor da nossa faculdade foi preso naquele período.

Dando continuidade, foi feita a seguinte pergunta: “Como a senhora avalia o curso de Ciências Sociais ao longo do tempo? E como foi a experiência com a pós-graduação em Araraquara, que começou com a Sociologia e depois passou a ser Ciências Sociais? Quais os pontos fortes, os desafios, os professores marcantes e as mudanças ocorridas na trajetória do curso?”

A graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara sempre teve um excelente nível e professores muito qualificados. No entanto, considero que o curso não atualizou sua proposta curricular de acordo com as novas demandas e exigências da sociedade.

Vou usar uma palavra que talvez incomode algumas pessoas das Ciências Sociais: “profissionalização”. Refiro-me à necessidade de uma estrutura curricular que amplie as possibilidades de inserção dos egressos no mercado de trabalho, para além da formação de professores ou pesquisadores. Hoje, há múltiplas possibilidades de atuação profissional em Antropologia, Ciência Política e Sociologia que não se limitam à docência, seja no ensino básico ou superior.

Vivemos, no entanto, um cenário muito difícil. Há anos não se contrata novos professores, e a pandemia da Covid-19 agravou ainda mais esse quadro. Uma atualização curricular exigiria um corpo docente mais amplo. Quando a Unesp foi criada, o Departamento de Sociologia contava com 21 docentes. Hoje, são apenas três. Originalmente, a estrutura departamental da faculdade em Araraquara era composta por três departamentos: Antropologia, Política e Filosofia; e Sociologia. Essa configuração era distinta da estrutura do curso de Marília, que contava com dois departamentos: Política e Economia; e Antropologia e Sociologia – ou seja, perfis diferenciados.

Em Araraquara, a criação do Departamento de Sociologia contou com forte atuação da professora Heleieth Saffioti, que lutou muito por sua institucionalização. Recentemente, esse departamento foi extinto, e todas as disciplinas passaram a integrar um único Departamento de Ciências Sociais.

Os alunos saem com uma sólida formação teórica, mas o curso ainda carece de uma preparação mais direcionada à inserção profissional em diversas áreas que demandam cientistas sociais, como institutos de pesquisa, assessorias, consultorias, órgãos públicos e instituições privadas⁶.

Diante dessa resposta, questionamos: “Esse número reduzido de professores por departamento é uma das razões para não existirem mais dois departamentos, que acabaram se transformando em um único Departamento de Ciências Sociais, correto? A ideia seria aglutinar e integrar mais docentes em um só departamento?”

A exigência da Unesp é que os departamentos tenham, no mínimo, dez professores. Um departamento com apenas dois docentes não pode continuar existindo. A universidade tem uma orientação no sentido de agrupar departamentos que tenham menos de dez integrantes.

Além disso, há também diretrizes das pró-reitorias recomendando a junção de cursos de graduação e de pós-graduação. Mas isso quase sempre enfrenta resistência por parte dos docentes. Às vezes, mesmo sendo cursos da mesma área, os perfis de atuação são bastante distintos. É o caso dos cursos de Ciências Sociais de Araraquara e de Marília. Marília conta com um número maior de docentes, um corpo mais jovem e com menor número de aposentados. Em Araraquara, houve mais aposentadorias e, infelizmente, não foram realizadas novas contratações.

Uma agenda de pesquisa pioneira sobre o poder local e as políticas públicas

A formação de uma agenda de pesquisa em nível de pós-graduação, no início dos anos 1970, exigia de muitos pesquisadores do interior paulista o deslocamento para outros centros acadêmicos, especialmente para a USP e a PUC-SP. Isso porque os programas de mestrado e doutorado em instituições como a Unicamp, a UFSCar e a própria Unesp ainda não haviam sido implantados ou estavam em fase inicial, sobretudo na área das Ciências Sociais.

⁶ A entrevista foi realizada em 2021 durante a pandemia. Desde então, foram promovidos concursos públicos para docentes e outras alterações institucionais que, possivelmente, tenham contribuído para a atenuação dessa situação.

Foi nesse contexto que a professora Maria Teresa ingressou, em 1971, no mestrado em Sociologia da Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor Luiz Pereira – que havia iniciado sua carreira docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara:

Comecei a pós-graduação em Sociologia na USP, sob a orientação do Luiz Pereira, em 1971. Considero que minha formação inicial é em Sociologia, pois cumpri todos os critérios e disciplinas do programa, frequentando a USP até 1978. No entanto, concluí o mestrado apenas em 1979, com uma formação já voltada à Ciência Política, sob orientação de Bolívar Lamounier, na PUC de São Paulo.

Esse trecho de sua narrativa naturalmente suscitou o interesse em compreender os motivos da mudança de instituição e de área. Perguntamos: “A professora comentou sobre Luiz Pereira... A senhora começou o mestrado na USP, em Sociologia, mas acabou não o concluindo lá e foi para a PUC e na Ciência Política. Por quê?”

Porque o Luiz Pereira considerava que os estudos sobre poder local não faziam parte do escopo da pesquisa acadêmica, dentro da vertente teórica marxista com a qual trabalhava. Para ele, os eleitores votavam conforme seus interesses de classe, e essa seria a chave de análise para compreender as relações de poder e o comportamento eleitoral.

Nessa perspectiva, minha pesquisa deveria operacionalizar os conceitos de Nicos Poulantzas – filósofo e sociólogo marxista, autor de “Poder político e classes sociais” – para o caso do poder local. O problema é que, para analisar dinâmicas locais, nem sempre é possível aplicar diretamente categorias amplas como as de classe social. Essas categorias estavam engessadas em uma concepção mais macro, distantes de análises de médio alcance ou de uma abordagem mais micro, que era o que eu buscava.

No meu exame de qualificação, na USP, a banca – composta por Luiz Pereira, Paulo Argemiro da Silveira Filho e Gabriel Cohn – promoveu um amplo debate sobre os estudos de poder local, especialmente aqueles desenvolvidos nos Estados Unidos, como os de Floyd Hunter (modelo reputacional) e Robert Dahl (modelo decisional). Essas análises procuravam identificar o tipo de controle – familiar ou não – exercido pelo poder político local, com forte aproximação aos estudos antropológicos.

Na visão predominante da época, esses estudos não ultrapassaram os limites da comunidade local, o que gerava resistência. Tive muita dificuldade para dar continuidade ao tema, sobretudo pela não aceitação, nos meios acadêmicos, de abordagens teóricas que fugiam da matriz marxista estrutural dominante nas Ciências Sociais naquele período.

Cursei duas disciplinas ministradas por Luiz Pereira – Teoria Sociológica e Teoria do Desenvolvimento – com bibliografia centrada no marxismo clássico e no marxismo estruturalista, incluindo autores como Louis Althusser, Étienne Balibar, Marta Harnecker e o próprio Nicos Poulantzas. Esses debates teóricos, especialmente sobre o papel do Estado, eram centrais naquele momento, mas, no meu entendimento, não se adequaram à análise empírica do poder local, que era o meu objeto de estudo.

Já havia tido contato com essas correntes ainda na graduação, no curso de Filosofia ministrado por José Carlos Bruni, quando li textos de Althusser. Mas minha pesquisa exigia outra abordagem, que não encontrava espaço naquela estrutura teórica.

Desse modo, o mestrado em Sociologia na USP, orientado pelo professor Luiz Pereira, não foi concluído. Maria Teresa transferiu-se para a PUC-SP e para a área de Ciência Política, sob a orientação do professor Bolívar Lamounier. Nesse momento, perguntamos se ela havia trancado o curso da USP e se ingressara na PUC por meio de processo seletivo:

Na verdade, não tranquei. Fui desligada do programa pelo Luiz Pereira (...) e não passei por processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC. Foi uma transferência. Precisei cursar novamente várias disciplinas na PUC – fiz, por exemplo, o curso de leitura de “O capital” com Octavio Ianni e dois ou três cursos de Teoria Política com o Bolívar Lamounier. Refiz praticamente toda a grade curricular, mas não prestei novo processo de seleção.

A banca de defesa do meu mestrado foi composta por Bolívar Lamounier, Maria do Carmo Campello de Souza e o professor Tocary Assis Bastos, que tinha tido trajetória acadêmica na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e trabalhava comigo em Araraquara.

Foi nesse contexto que ocorreu uma mudança de rota na trajetória da professora Maria Teresa – uma transição que, embora ligada à sua experiência individual, também se conecta a uma conjuntura mais ampla de transformação no campo das Ciências Sociais no Brasil. Tratava-se de um momento em que a Sociologia Política começava a se diferenciar da Ciência Política, esta última em processo de institucionalização como área autônoma e com seus primeiros programas de pós-graduação sendo criados de forma independente na década de 1970 (Almeida; Freitas; Limongi, 2016). Essa discussão levou à pergunta: “Essa tensão entre a Sociologia Política e a nascente Ciência Política – esse deslocamento teórico e institucional faz parte dessa tensão que a senhora viveu?”

Sim, essa tensão entre a Sociologia Política e a Ciência Política existe desde o início – e ainda persiste. Alguns colegas consideram que parte das minhas pesquisas, especialmente a tese de doutorado, pertence ao campo da Sociologia Política. É importante lembrar que, nas décadas de 1960 e 1970, ainda não havia uma distinção nítida entre as duas áreas. Hoje há uma retomada da importância da Sociologia Política, mas, naquela época, ela estava sendo gradualmente desprestigiada em razão da consolidação da Ciência Política como campo autônomo.

Em seguida, perguntamos: “Essas circunstâncias – a mudança de instituição, de orientação e de abordagem teórica – foram decisivas para que os estudos sobre o poder local se consolidassem na sua trajetória intelectual?”

A consolidação das pesquisas sobre poder local aconteceu antes da orientação com o Bolívar. A contratação do professor Tocary Assis Bastos, na década de 1970, para a área de Política da Unesp de Araraquara, foi muito importante para a continuidade dessas pesquisas. O Tocary veio da UFMG, onde era professor titular. Em 1975, realizamos um projeto sobre lideranças políticas no interior de São Paulo, em convênio com a Secretaria Estadual de Planejamento.

Posteriormente, participei de uma pesquisa com o professor Albertino Rodrigues (UFSCar), em 1980, sobre cidades médias paulistas – projeto financiado pela Finep [Financiadora de Estudos e Projetos, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia]. A amostra incluiu sete cidades do interior do estado. Ganhei muita experiência com esses dois projetos, que exigiam sólido conhecimento em métodos e técnicas de pesquisa.

Quando procurei o Bolívar Lamounier para a orientação do meu projeto de mestrado – intitulado “Poder Político Local: do coronelismo ao populismo (um estudo de caso, São Paulo)” – ele aceitou prontamente. Comentou, inclusive, que conhecia bem o tema por ser mineiro, já que Minas Gerais é o estado com o maior número de municípios do Brasil, cerca de 850.

Além disso, a UFMG tinha tradição em estudos sobre poder local, publicados desde a década de 1940 na “Revista Brasileira de Estudos Políticos”, editada por Orlando de Carvalho. A Biblioteca da FCL/Araraquara possui a coleção completa dessa revista.

Perguntamos à professora Maria Teresa se o doutorado foi uma continuidade do mestrado:

O mestrado foi defendido em 1979. Em 1981, voltei a conversar com o Bolívar Lamounier sobre a possibilidade de orientação no doutorado. Ele estava preparando um *survey* que seria aplicado em 1982, com foco no comportamento eleitoral e nas bases sociais dos diferentes partidos, e me convidou para participar do projeto. A pesquisa seria aplicada nas capitais e em diversos municípios brasileiros – e Araraquara estava incluída na amostra.

Minha tese de doutorado teve como cenário o interior paulista. Procurei repensar o poder local no estado de São Paulo, analisando o eleitorado e o perfil partidário do município de Araraquara. A participação neste *survey* foi fundamental, não apenas para a realização da tese, mas também para repensar os parâmetros de análise nos estudos sobre poder local e comportamento eleitoral nos municípios.

A utilização combinada de dados oficiais agregados com pesquisas amostrais baseadas em questionários individuais, articulando metodologias qualitativas e quantitativas, abriu um novo horizonte na minha formação em Ciência Política.

Na sequência, perguntamos à professora sobre o início da agenda de pesquisa sobre o poder local no Brasil:

Uma agenda consistente sobre poder local se consolida a partir da Constituição de 1988, quando o município passa a integrar formalmente a federação brasileira. Antes disso, os estudos sobre poder local eram escassos e, em geral, de natureza monográfica, com abordagens antropológicas e históricas centradas no poder oligárquico de grupos familiares.

A Constituição de 1988, ao reconhecer o município como ente federado e ao promover a descentralização e a transferência de competências na implementação de políticas públicas – especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social –, estimulou uma nova agenda de pesquisa. Essa agenda envolve o papel dos municípios na gestão pública, o controle social e a participação cidadã nas decisões e na formulação de políticas públicas.

Com isso, os estudos sobre poder local ganham centralidade, especialmente no que diz respeito às novas competências de gestão decorrentes das prerrogativas constitucionais, fiscais e políticas atribuídas aos municípios. A dimensão partidária e a competição eleitoral no nível local só mais recentemente passaram a ocupar um lugar relevante nas análises políticas.

Quando comecei a pesquisar e analisar dados eleitorais municipais, meu argumento era que as eleições locais influenciam a dinâmica eleitoral em níveis mais amplos. Estudos realizados à época mostravam que a eleição para prefeito tinha relação direta com a eleição para deputado federal. A conexão entre os municípios e as eleições estaduais ou nacionais era, em geral, reduzida à figura do prefeito.

Em 2004, publiquei um artigo sobre Câmaras Municipais, que considero um marco nos estudos sobre os legislativos locais. Até então, as análises institucionais ignoravam o papel das câmaras na governança municipal. Nesse artigo, sistematizei pela primeira vez dados sobre as Câmaras Municipais brasileiras, contribuindo para o surgimento de uma agenda de pesquisa voltada para essas instituições.

Nas eleições municipais de 2020, observamos uma mudança importante: os partidos passaram a estruturar suas coligações já com foco nas eleições de 2022. Os acordos passaram a visar a eleição de um número expressivo de vereadores, o que impactaria diretamente na composição das futuras alianças para as eleições estaduais e federais.

Até então, a eleição para as Câmaras Municipais era vista apenas como instrumento de sustentação do governo local, e os acordos legislativo-executivo tinham como meta garantir a estabilidade da gestão do prefeito. Houve, portanto, uma mudança radical na percepção do papel político das câmaras – não apenas em razão das sucessivas reformas eleitorais, especialmente a partir de 2015, mas também em decorrência da pandemia de COVID-19.

A crise sanitária provocou tensões entre os entes da federação e revelou a importância das decisões em nível subnacional, especialmente no campo da saúde. Com isso, estados e, sobretudo, municípios passaram a assumir maior protagonismo na definição de estratégias de enfrentamento da pandemia – o que, por sua vez, reposicionou institucionalmente as Câmaras Municipais no debate sobre a governança local.

Considerando a resposta anterior, perguntamos sobre o fato de que, embora a agenda de pesquisa sobre o poder local tenha se estruturado mais firmemente após a Constituição de 1988, a professora, de forma pioneira, já pesquisava o tema havia mais de uma década:

Minhas pesquisas sobre o poder local tiveram, inicialmente, forte influência de autores clássicos sobre o tema. Dentre eles, posso citar Tavares Bastos, Nestor Duarte, Oliveira Vianna, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvia de Carvalho Franco e a obra seminal de Vitor Nunes Leal, “Coronelismo, Enxada e Voto”. Nessas obras, o poder local é quase sempre identificado por meio do controle familiar, entendido como controle oligárquico.

A partir de 1945, quando tem início um processo complexo de transformação no país, essa referência exclusiva à família nos municípios mais urbanizados e industrializados começa a perder força diante do surgimento de novos atores que passam a compor a arena política local. A partir dos argumentos de Vitor Nunes Leal sobre o coronelismo – cuja base se assentava, por um lado, em um poder público real que se fortalecia e, por outro, em um poder privado, fundado na posse da terra, que entrava em decadência –, uma parte significativa da literatura política brasileira passou a se debruçar sobre o tradicionalismo político nas bases do sistema.

Esse debate contribuiu para o desenvolvimento da ideia de mediação entre as instituições políticas e as populações locais, ampliando o contexto de análise. O fim da intermediação exclusiva dos coronéis e o surgimento de solidariedades horizontais na clientela local apontam para novas formas de organização social. O poder local deixa de deter o monopólio político e

passa a abrir espaço para novos competidores – como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e órgãos de governo.

Foi a partir dessas reflexões que minhas pesquisas sobre o poder local se desenvolveram. O curso que fiz na USP com Francisco Weffort, sobre pensamento político brasileiro, foi muito importante para uma compreensão mais aprofundada desses autores.

A partir de 1988, com a descentralização proposta pela nova Constituição, a agenda sobre poder local passou a enfatizar a análise da implementação de políticas públicas locais – especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social. Perguntamos: “Como a senhora analisa a construção dessa agenda a partir do poder local? E tem a percepção de que ela evoluiu para algo que, muitas vezes, permaneceu restrito à agenda de políticas públicas, sem se relacionar diretamente ao poder local?”

A Constituição de 1988, ao incorporar o município como ente da federação brasileira, com autonomia política e administrativa, e ao propor a descentralização das políticas públicas, introduziu a gestão pública como uma chave analítica para compreender o poder local. Isso trouxe novas questões: o papel dos municípios como operadores das políticas públicas, as pressões pela formação de coalizões, os grupos de interesse e a necessidade de consolidação de aparatos institucionais, como a profissionalização da burocracia e a participação da sociedade civil nos conselhos de políticas públicas.

Novas institucionalidades foram sendo construídas, consolidando uma pluralidade de representações e de partidos, o que conferiu maior visibilidade ao executivo e ao legislativo local.

Em seguida, perguntamos: “A questão da administração pública e da governança passou a ser um tema também da área da Administração e do Direito. Como a senhora avalia o fato de que as políticas públicas relacionadas à governança vêm sendo estudadas cada vez mais por profissionais dessas áreas?”

Ainda há muita confusão entre os termos “administração pública” e “gestão pública” – e entre os papéis que desempenham na governança. A administração pública tem como prioridade o controle de hierarquias, regras e regulamentos que contribuem para a implementação das políticas públicas. Nessa esfera, atuam profissionais como gestores públicos, administradores, juristas e psicólogos.

Já a gestão pública organiza os recursos e serviços, sendo responsável por planejar, coordenar e controlar as atividades do setor público. Seu objetivo

principal é garantir eficiência na prestação de serviços, procurando atender às necessidades dos cidadãos.

A governança pública, por sua vez, envolve a responsabilidade coletiva de todos os órgãos da administração e da gestão, como elementos fundamentais para assegurar a responsabilidade social e uma boa governança. Segundo o Banco Mundial, os princípios da boa governança devem incluir: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e accountability.

O livro publicado recentemente, “Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no Estado de São Paulo” (2020), organizado pela professora Maria Teresa e pela professora Rachel Meneguello (Unicamp), resultado de uma parceria entre os programas de pós-graduação das duas instituições – motivou uma última pergunta: “Como a senhora avalia a Ciência Política produzida nas instituições do interior do estado de São Paulo?”

No meu entendimento, as universidades dos grandes centros têm uma abordagem mais voltada ao contexto nacional – das capitais e dos municípios maiores, com população acima de 200 mil habitantes. Já as pesquisas sobre a política interiorana costumam ser realizadas por pesquisadores que vivem em centros menores e convivem cotidianamente com essas realidades locais.

Isso vale não apenas para São Paulo, mas também para outros estados do Brasil. O projeto “Organização da política representativa em São Paulo” foi pensado justamente para impulsionar os estudos sobre política local, especificamente no caso paulista – um estado emblemático em relação aos demais, tanto pelo número de municípios que possui quanto por sua complexidade demográfica e socioeconômica. Aqui estão presentes todos os partidos registrados no TSE, e há uma elevada fragmentação no âmbito municipal.

Além disso, São Paulo é o estado onde surgiram os dois partidos – PT e PSDB – que protagonizaram a política democrática nacional por mais de duas décadas. Quando os pesquisadores utilizam apenas dados agregados dos partidos brasileiros, não se tornam visíveis as diferenças políticas regionais que estruturam o país. Há desigualdades e disparidades profundas na composição do poder local, na competição partidária e nas relações entre os poderes nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Os estudos sobre poder local têm crescido bastante, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, justamente em razão das especificidades locais. Foi nessas regiões que se estruturou uma agenda sólida sobre o tema, que hoje se apoia em múltiplas abordagens teóricas – desde o neoinstitucionalismo até os estudos sobre comportamento eleitoral, competição partidária, elites e lideranças políticas.

Cursos como os de Ciências Sociais da Unesp de Araraquara e de Marília, além dos programas de Ciências Sociais e de Ciência Política da Unicamp, têm muitos trabalhos na área de política local. A USP também conta com pesquisadores dedicados ao tema da descentralização e à implementação de políticas públicas em nível local.

Durante a pandemia de COVID-19, os municípios desempenharam papel central no combate à crise sanitária, o que gerou embates políticos entre os entes federativos – especialmente entre o governo federal e os governos subnacionais (estaduais e municipais). Esse cenário impulsionou novas análises sobre as competências locais e sobre a autonomia dos municípios na formulação e implementação de políticas públicas.

Houve uma mudança importante na compreensão do papel dos municípios – não apenas na execução das políticas públicas, mas também no entendimento das eleições municipais como definidoras das estratégias partidárias que serão utilizadas nos pleitos estaduais e nacionais.

Palavras finais

A obra de um(a) docente e pesquisador(a) não se limita aos registros escritos. Ela abrange também – e talvez mais significativamente – a atividade formativa que exerce, para além da obra impressa, por meio do propósito que atribui à sua prática docente. Nesse sentido, finalizamos esta narrativa com a parte final da entrevista, na qual a professora Maria Teresa sintetiza, de forma singela e corajosa, a essência da atividade docente a partir de sua própria experiência:

Sempre me preocupei com a formação dos alunos. Vocês foram meus alunos e sabem disso (...) Sempre busquei oferecer uma formação que os incentivasse a buscar novos horizontes depois de formados. Meus objetivos foram muito bem sintetizados na dedicatória de uma orientanda de doutorado, em sua tese: “Obrigada por me ensinar a voar”.

A pergunta sobre como essa formação é construída, posso responder dizendo que ela se baseia no estímulo ao aprofundamento teórico e na problematização crítica das realidades analisadas nas pesquisas em desenvolvimento. Procuro incentivar publicações, a participação em congressos e eventos, além de contribuir, sempre que possível, com a divulgação dos trabalhos dos orientandos. Essa dedicatória, para mim, simboliza exatamente isso.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FREITAS, Andréia; LIMONGI, Fernando. Da sociologia política ao neoinstitucionalismo: trinta anos que mudaram a ciência política no Brasil. *In*: AVRITZER, Leonardo; BRAGA, Maria do Socorro; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (org.). **Ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. **Análise do Partido da Social Democracia Brasileira no estado de São Paulo (1988-2006)**: a estrutura relacional e o capital político. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

CANDIDO, Marcia Rangel. Pioneiras: um estudo sobre a ciência política por Michetti e Kerbauy. **Horizontes do Sul**, 08 ago. 2018. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2018/08/06/pioneiras-um-estudo-sobre-a-ciencia-politica-no-brasil-por-michetti-e-kerbauy-1>. Acesso em: 25 out. 2023.

CANDIDO, Marcia Rangel. **Dois gêneros, duas histórias?** A institucionalização da ciência política no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CASTRO, Conrado Pires de. Luiz Pereira. *In*: LIMA, Jacob Carlos; BOMENY, Helena (org.). **SBS Memória Retratos: sociólogos e sociólogas brasileiras**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2023. v. 3.

FERES JÚNIOR, João. Ensino e pesquisa em ciências sociais no Brasil: um retrato das desigualdades de gênero e raça. *In*: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Araraquara: FCL Laboratório Editorial – Unesp, 2000.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis: política e poder local**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2016.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; MENEGUELO, Rachel (org.). **Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no estado de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes da (org.). **Eleições e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

SANTOS, André da Rocha. **Estado e política pública urbana**: a revitalização do Centro de Santos. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. *In*: LIMA, Jacob Carlos; BOMENY, Helena (org.). **SBS Memória Retratos**: sociólogos e sociólogas brasileiras. v. 1. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021.